INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 16/08 A 20/08



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

A prioridade da semana na Câmara dos Deputados é a votação do PL 2337/2021, que faz alterações no Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e Físicas. A previsão era de votação na última quinta-feira (12), mas a pressão de líderes pela retirada de pauta fez com que o presidente Arthur Lira adiasse para esta terça-feira (17), quando ele pretende enfrentar a votação do projeto, ainda que não haja acordo entre as lideranças. Além desta, outra reforma pode continuar sua votação nesta semana, a Reforma Política, onde o distritão foi derrotado, mas a retomada das coligações nas eleições proporcionais foi aprovada pelos deputados, a proposta precisa ainda ser aprovada em segundo turno antes de ser submetida ao Senado Federal.

No Senado, a PEC 110/2019, da reforma tributária constitucional, volta à pauta com sessões de debates na segunda e sexta-feira no plenário da Casa. As comissões permanentes prosseguem na retomada de seus trabalhos com reuniões deliberativas, e a CPI da Pandemia continua com as sessões.

No Executivo, as declarações de Bolsonaro no fim de semana reacendem o conflito entre os poderes, e é aguardada a possível entrega de pedidos de impeachment, pelo Presidente, contra os Ministros Alexandre de Moraes e Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal. O primeiro conduz o inquérito das fake news e atos antidemocráticos, o segundo comanda o Tribunal Superior Eleitoral, e Bolsonaro tem escalado em sua antagonização com ambos, que pode ter os pedidos de impeachment como novo desdobramento.

Além disso, o Ministro Braga Netto será ouvido na Câmara dos Deputados a respeito de declarações relativas às eleições de 2022.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERÇA- FEIRA (16)

SEMINÁRIO SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA

9h - Tema: impacto da PEC 32/20, do Poder Executivo, sobre os serviços públicos, organização administrativa e servidores.

Requerimento nº 19/2021, do dep. Rogério Correia e outros

11h – Tema Reforma Administrativa

Coordenadores: Léo De Brito (PT/AC) E Perpétua Almeida (Pcdob/AC)
Deputados Estaduais: Daniel Santana (PT) e Edvaldo Magalhães (PCdoB)

14h – Tema Reforma Administrativa

Coordenador: Deputado Camilo Capiberibe (PSB/AP) e Deputada Estadual: Cristina Almeida (PSB)

TERÇA- FEIRA (17)

PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Destaques para pautas de interesse:

Projeto de Lei n° 2.337, de 2021, do Poder Executivo, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Relator: Deputado Celso Sabino (PSDB/PA)
Posicionamento: Contrário ao aumento de carga tributária.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 1.026/2021 do dep. Vinicius carvalho (Republicanos/SP), que determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País – IPCA.
Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
Aprovado Requerimento de Urgência Nº 571/21, em 07/04/21.
Relator: Dep. Luizão Goulart (REPUBLIC/PR).
Posicionamento: Favorável.

PL 2.058/2021, do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO), que altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar as atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes.
Pendente de parecer das Comissões de: Defesa dos Direitos da Mulher; Seguridade Social e Família; Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania.
Aprovado o RQU Nº 1.479/21, em 15/07/21.
Posicionamento: Favorável.

PEC 17/2019 – de autoria do Senado Federal, altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.
Posicionamento: favorável.

PLP 11/2020 - Prevê a apuração do ICMS-substituição relativo ao diesel, etanol hidratado e à gasolina a partir de valores fixos por unidade de medida, definidos na lei estadual.
Autor: Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT)
Relator: Dr. Jaziel (PL/CE)
Posicionamento: Favorável



9h - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICO (CTASP)

PL 2863/2020 - do Sr. Laercio Oliveira - que "altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para autorizar, dentre outros, o parcelamento de débitos em execuções trabalhistas durante o período de estado de calamidade e enfrentamento de emergência de saúde pública decretado em razão do Covid-19, bem como nos dezoito meses subsequentes à data do término do referido período.
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.
PARECER: pela aprovação deste e das Emendas oferecidas Substitutivo, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS

QUARTA-FEIRA (18)

18/08 - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

PL 647/2021 - do Sr. Altineu Côrtes - que "estabelece prazo máximo para a restituição do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, enquanto reconhecida a ocorrência de estado de calamidade pública".
RELATOR: Deputado VINICIUS GURGEL.
PARECER: pela aprovação do PL nº 647/2021, com substitutivo
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao Parecer (FCS)

PDL 566/2020 - do dep. Paulo Teixeira (PT/SP), que prorroga a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

Relator, dep. Eduardo Bismarck (PDT/CE)
Parecer: pela aprovação do PDL 566/202, e do PDL 81/2021, apensado, com substitutivo.
Posicionamento: acompanhamento

9h - COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

REQ 103/2021 - PL 21/2020 - Do dep. Luisa Canziani (PTB/PR), requer a inclusão de convidados em audiência pública aprovada pelo REQ 75/2021 CCTCI, que debaterá sobre estabelecimento de princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no país.
● Rony Vainzof, Diretor do departamento de defesa e segurança da FIESP, coordenador do grupo de trabalho de segurança e defesa cibernética desde 2014. Advogado, professor e árbitro especializado em Direito Digital e Proteção de dados desde 2014;
● Edson Prestes, docente do Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro do Ad Hoc Expert Group on Ethics and AI da UNESCO);
● Sergio Suchodolski, Presidente ABDE e BMDG)

REQ 106/2021 - PL 21/2020 - Do dep. Aliel Machado (PSB/PR), requer a inclusão de convidada em audiência pública aprovada pelo REQ 75/2021 CCTCI, que debaterá sobre estabelecimento de princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no país.
● Isabela Ferrari, Juíza Federal, Mestre e doutoranda em direito público (UERJ), Pesquisadora Visitante (Harvard Law School), Coordenadora acadêmica do Instituto New Law, Membro do Information for All Working Group da UNESCO, Coordenadora dos livros Justiça Digital e Regulação 4.0 vols I e II, Professora e palestrante internacional para temas afetos a direito e tecnologia.



13h - COMISSÃO DE COMISSÃO DE DES. ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

PL 9362/2017 - do Sr. Áureo - que "dispõe sobre a política de incentivo e promoção ao desenvolvimento de startups. (PL das Startups)"
RELATOR: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.
PARECER: pela rejeição deste, do PL 10928/2018, do PL 477/2019, do PL 2055/2019, do PL 2670/2019, do PL 3432/2019, do PL 5162/2020, e do PL 140/2021, apensados.
Posicionamento: Favorável ao projeto e contrário ao parecer.

PL 1118/2019 - do Sr. Marreca Filho - que "obriga hipermercados, supermercados e estabelecimentos similares a disporem de local específico para a venda de produtos provenientes da agricultura familiar". (Apensado: PL 4920/2019)
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação deste e do apensado PL 4920/2019, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 6103/2019 - do Sr. Jerônimo Goergen - que "altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para dispor sobre a emissão de debêntures, divulgação de documentos empresariais, exercício do direito de voto e regulamentação do acesso ao mercado de capitais e outras providências".
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.
PARECER: pela aprovação, com Emendas.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL 5338/2020 - da Sra. Edna Henrique - que "estabelece requisitos mínimos de segurança em áreas de lazer oferecidas ao público infantil por estabelecimentos comerciais".

Relator: Deputado JESUS SÉRGIO.
Parecer: pela rejeição
Posicionamento: Contra o projeto, Favorável ao Parecer

PL 695/2021 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, para efeitos da apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas com brindes".
Relator: Deputado HERCÍLIO COELHO DINIZ.
Parecer: pela aprovação
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL 687/2021 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera as Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.), e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) para substituir no contexto a expressão “sociedade anônima” por “sociedade por ações”".
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Favorável ao projeto e contrário ao parecer

PL 1142/2021 - da Sra. Renata Abreu - que "altera o Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, para determinar a cobrança do Imposto sobre a Exportação nos casos comprovados de desabastecimento de produtos e de insumos no mercado interno decorrente de exportações excessivas".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Contrário ao projeto e favorável ao parece

QUINTA-FEIRA (19)

09h – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR



PL 9255/2017 - Acrescenta novo § 4º ao art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para permitir a alteração, por parte do consumidor, da data de vencimento de contrato de crédito por ele celebrado.
Autora: Erika Kokay (PT-DF)
Relator: Júlio Delgado (PSB-MG)
PARECER: pela aprovação, com emendas.
Posicionamento**:** Contrário ao projeto e ao Parecer

PL 3500/2019 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a cobrança de juros e demais encargos em dívidas inscritas em Sistemas de Proteção ao Crédito.
Autor: Altineu Côrtes (PL-RJ)
Relatora: Celina Leão (PP-DF)
Posicionamento: contrário

PL 2524/2019 - Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para vedar que instituições financeiras controlem, direta ou indiretamente, gestores de bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas.
Autor: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP)
Relator: Celso Russomanno (REPUBLIC-SP)
Posicionamento: acompanhamento.

PL 2710/2020 - do Sr. Domingos Sávio - que "dispõe sobre a obrigatoriedade da aceitação do Real por meio eletrônico, seja pela utilização de instrumentos de pagamento, ou de transferência bancária em qualquer de suas modalidades".
Explicação: Altera a Lei nº 9.069, de 1995.
RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.
PARECER: pela aprovação, com emenda.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer



PAUTA DO SENADO FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA (16)

15h - PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

O Senado abre o ciclo de debates para debater a PEC 110/2019 **(Reforma Tributária)** com uma primeira mesa voltada à A Reforma Tributária do Consumo sob a perspectiva técnica, com a presença de:

- Luiz Carlos Hauly, Economista, Consultor Tributário e Idealizador do Destrava Brasil;
- Melina Rocha, Advogada, Diretora de Cursos na Universidade York, no Canadá;
- Carlos Ari Sundfeld, Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público e Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- Bernard Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

TERÇA-FEIRA (17)

11h - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

REQ 12/2021 - Do sen. Paulo Paim (PT/RS), que requer a realização de audiência pública para debater as alterações na legislação trabalhistas previstas no Projeto de Lei de Conversão da MP 1.045/2021.
Posicionamento: favorável

16h - COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CFTC)

PL 1750/2019 – que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que, no caso de fornecimento de

produto durável, o início da contagem do prazo decadencial para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, será dado após o término do período de garantia contratual. ”
Relator: Senador Paulo Rocha
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Posicionamento: Contrário ao Projeto e ao Parecer

10h - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

PL 3384/2019 - Altera a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, que dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); e a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do SPB, para alterar o nome do SPB para Sistema Brasileiro de Movimentações Financeiras.
Relator: Senador Mecias de Jesus
Relatório: Pela aprovação com duas emendas
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL 3953/2019 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar o acesso do cadastrado aos seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito.
Relator: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Posicionamento: Favorável ao substitutivo

QUINTA-FEIRA (19)

16h – PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

PL 1585/2021 – “Suspende as inscrições de débitos das microempresas e empresas de pequeno porte no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal

(CADIN), durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarado em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2)..”
Relator: Senadora Daniella Ribeiro
Posicionamento: Favorável (FCS)

SEXTA-FEIRA (20)

11H - PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

Segunda sessão de debates sobre a PEC 110/2019 (Reforma Tributária). Os convidados são:

● Paulo Guedes, Ministro da Economia;
● José Barroso Tostes Neto, Secretário da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
● Rafael Fontelles, Presidente do Comitê de Secretários da Fazenda dos Estados (Comsefaz)
● Edvaldo Nogueira, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP)
● Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM)

BANCO CENTRAL DO BRASIL | YouTube

O BC realizará na quinta (19), às 12h, o segundo webinar do ciclo de audiências sobre o Real Digital. A mesa terá como tema "Cidadania, Segurança de dados, sigilo e rastreabilidade“.
Convidados:

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC Brasil

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 16/08 A 20/08





AGENDA LEGISLATIVA

BAHIA

PL 21.816/2016 (Carta com ar) - Regulamenta a inclusão de dados do consumidor em cadastros de proteção ao crédito.
Situação: Aprovado parecer contrário do relator Vitor Bonfim (PL) na Comissão de Constituição e Justiça. Aguarda fim do prazo recursal para posterior arquivamento da matéria.

ESPÍRITO SANTO

PL 385/2021 (Cobrança de dívida) - *Proíbe que Empresas de Cobrança, Telemarketing, Bancos ou afins, através de SMS, WhatsApp, e Ligações Telefônica façam cobrança em finais de semana e em horário das 18 horas às 8 horas, no âmbito do Estado do Espírito Santo.*
Situação: Encaminhado ao Executivo para sanção ou veto. Aguarda manifestação do Executivo para sanção ou veto

PERNAMBUCO

PL 1891/2021 (Banco de dados) - Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar o direito ao sigilo de informações constantes nos cadastros e bancos de dados de consumidores e de serviços de proteção ao crédito ou outros congêneres, para as vítimas de violência doméstica e familiar sob medida protetiva de urgência, e pessoas ameaçadas inseridas em programas de proteção do Governo do Estado de Pernambuco.
Situação: Aprovado em primeira discussão. Pronto para Ordem do Dia, em segunda discussão.



NOVAS PROPOSIÇÕES

RIO DE JANEIRO | Estado

PL 4617/2021 (Cadastro positivo / banco de dados) - Fica vedada a inclusão de dados negativos ou acordos pendentes referentes à dívidas prescritas junto aos "cadastros positivos" ou "score dos consumidores" realizado por instituições de proteção ao crédito, na forma que menciona.
Autor: Márcio Canella (MDB)
Situação: Protocolado

RIO DE JANEIRO | Cidade

PL 552/2021 - Institui a Política de Dados Abertos do Município do Rio de Janeiro
Autor: Pedro Duarte (NOVO)
Situação: Protocolado.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL Sistema CNDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

